



Empresários inseguros com modelo para o setor elétrico

Cláudia Schüffner, Leila Coimbra e Roberto Rockmann, Do Rio, de Brasília e São Paulo

Às vésperas da apresentação das linhas gerais do novo modelo do setor elétrico, marcada para segunda-feira, empresários do segmento estão preocupados com a nova regulamentação e com o processo de transição entre os velhos e os novos contratos. Teme-se uma retomada do papel do Estado como o grande empresário da área.

A ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, acha as críticas precipitadas e as atribui ao elevado grau de stress entre os segmentos do setor. Na reunião da próxima segunda-feira deve ser apresentada apenas a primeira fase do modelo. Dilma ressaltou que o restante será concluído com base em discussões com os empresários. Ela espera terminar essas conversas em até três meses, uma vez que o debate sobre a transição começou apenas agora.

As linhas gerais do novo modelo querem dar espaço para a implantação de uma política industrial, e para isso teriam que ser evitados reajustes de tarifa exagerados para indústrias e residências. Para tanto, o governo pretende mudar as regras das licitações de usinas.

Infra-estrutura Dilma rebate críticas e diz que agentes estão sob "stress"

Definição do novo modelo preocupa o setor elétrico

Cláudia Schüffner e Roberto Rockmann, Do Rio e de São Paulo

Foto: Paulo Giandalia/Valor



Claudio Salles, da CBIEE:
"Os Estados não querem
abrir mão dessa receita"

Às vésperas da reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), marcada para segunda-feira e quando serão apresentadas as linhas gerais do novo modelo do setor elétrico, os agentes estão preocupados e inseguros com a nova regulamentação que vem sendo desenhada pelo Ministério de Minas e Energia. Empresários também se queixam da pouca brecha dada às colaborações externas.

"A proposta é um retorno a um modelo determinístico de geração e remuneração que existia quando só havia a Eletrobrás. A grande diferença é que o Brasil não teve caixa suficiente para bancar os investimentos necessários, o que acabou provocando o apagão. O antigo governo liberou o mercado e agora vejo uma tentativa de voltar àquela fase", diz Marco Antonio Jordão, vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Ferro-Ligas e Silício Metálico (Abrafe).

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, acha precipitadas as reclamações, que atribui ao elevado "stress" dos agentes.

"Eu acho surpreendente essas críticas já que não concluímos o processo. Estaremos apresentando apenas a primeira fase do modelo ao CNPE. O que apresentamos até agora foram os problemas e agora os agentes têm que encaminhar as dúvidas para nós, para começarmos a tratar das soluções", disse Rousseff ao **Valor**, garantindo que nada será feito sem discussão prévia.

As linhas mestras do novo modelo querem dar espaço para a existência de uma política industrial, impedindo explosões tarifárias tanto para indústrias quanto para consumidores residenciais. Para chegar a isso, o governo pretende mudar as regras das licitações de usinas. Em vez de os interessados oferecerem o maior preço pelas concessões, agora será declarado vencedor quem oferecer a menor tarifa. "Em troca disso, o vencedor ganha um contrato com as 64 distribuidoras do país, o que garante a receita dele durante o período da concessão", afirma o secretário executivo do MME, Maurício Tolmasquim.

Com isso, as empresas teriam um fluxo de caixa controlado e uma previsão de receita, o que facilitaria o financiamento, diz ele. Sobre a transição do atual modelo para o novo, Tolmasquim diz que ela ainda está sendo construída, garantindo ampla participação dos agentes. "Isso (as reuniões) acaba gerando especulação, mas ouviremos todos e faremos as mudanças que forem necessárias", afirma.

"O modelo em estudo que nos foi apresentado não é um fator de incentivo ao desenvolvimento industrial ao tolher a livre negociação por parte dos consumidores livres e poderá fazer o consumidor cativo arcar com custos a mais devido à redução dos riscos para os geradores", diz Ricardo Lima, da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel).

Cálculos preliminares feitos considerando o modelo em gestação apontam para um aumento do preço da energia para os consumidores finais no momento inicial. Um recente relatório distribuído para clientes do banco Pactual mostra que a tarifa média da energia vendida no Norte e Nordeste pela Chesf e Eletronorte teria aumento de 23%, o que provocaria uma elevação de 6% ao consumidor final. Já nas regiões Sul e



Sudeste (exceto Minas e Paraná, atendidos pela Cemig e Copel) o preço cairia 1%. A simulação não inclui a possibilidade de a energia de Itaipu fazer parte do ambiente de comercialização na região Norte e Nordeste.

Segundo o relatório, a Cemig Geração venderia energia para o pool por R\$ 50 o megawatt, comprando de volta por R\$ 67, já que o novo modelo não permitirá o "self dealing", que é a compra e venda de energia entre empresas de um mesmo grupo econômico.

Wilson Brumer, secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, cita três pontos que preocupam o Estado. O primeiro é a desverticalização - separação das atividades de geração, transmissão e distribuição -, que segundo elevaria os custos da Cemig em R\$ 80 milhões por ano considerando o atual modelo tributário. Como alternativa, Minas propõe que sejam montadas unidades de negócios na Cemig que incorporariam os itens de controle dos custos.

O segundo problema com o novo modelo citado por Brumer é o tratamento que será dado à chamada energia velha, oriunda de usinas já amortizadas e cujos contratos de concessão estão vencendo. "Esse é um problema sério pois se a Cemig vender num pool vai comprar mais caro depois e os consumidores e acionistas serão prejudicados", diz Brumer, sugerindo que a Cemig fique fora do pool ou venda ali apenas a sobras não colocadas em seu mercado. Por último, ele defende que estatais tenham as linhas de crédito público.

Dilma afirma que o preço "é a questão central" do pool, mas lembra que o modelo ainda não está construído. Segundo ela, todas as simulações possíveis estão sendo feitas para evitar alta da energia. Quanto ao caso específico da Cemig, Dilma avalia que a desverticalização é um problema relacionado ao atual modelo e não ao novo. "Não temos nada contra a desverticalização se ela não obscurecer a relação entre as partes", disse, frisando que é "quase consenso" no novo modelo a proibição de "self dealing".

Em reunião na sexta-feira com o governo, os empresários ouviram que a transição pode levar cinco anos. Isso gerou temor de que seja criado um vácuo, o que impediria a retomada dos investimentos, já que os agentes ficariam cautelosos à espera da sinalização do preço e de como será a travessia na transição. Alguns deles querem conversar com integrantes do chamado "núcleo duro" do governo, para indicar que a administração da transição precisará de cuidados especiais e será necessário um esforço de todo o governo.

Hoje há 7 mil MW já licitados que estão parados. Qual será o tratamento dados a eles é uma questão que preocupa. Outro ponto a ser exposto é que a margem de manobra no setor é pequena. Obras levam até quatro anos para serem construídas. Portanto a implementação tem de ser rápida.



Modificar regras da área será o principal desafio Do Rio e de São Paulo

Mudar um modelo em um momento em que o caixa dos principais agentes está em baixa e depois de um racionamento é uma tarefa complicada, agravada pelo fato de que a margem de manobra do país no médio prazo é pequena e de que os interesses das empresas são divergentes.

Para as distribuidoras, a maior queixa é com a regulação econômica da área. Uma das maiores bandeiras é de que a estrutura tarifária tem de mudar. Hoje 30% do que está nas contas de luz são impostos. Mexer neles melhoraria o caixa das empresas e não teria impacto no bolso do consumidor. As elétricas já fizeram estudos e enviaram ao governo, pedindo redução de encargos setoriais e impostos.

A resposta do Ministério é de que o assunto tem de ser tratado na reforma tributária, o fórum adequado para esses pleitos. O problema é que dificilmente nessa frente haverá avanços. "Os Estados não querem abrir mão dessa receita", destacou o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Salles.

Além disso, há outra preocupação. No novo modelo, as distribuidoras ficam encarregadas do sistema de garantias nas negociações de contratos com as geradoras. A dúvida é que as elétricas estão passando por sérias dificuldades financeiras e colocar as garantias em suas mãos seria manter o setor com dificuldades para acessar o mercado de crédito.

As geradoras estão interessadas em saber o preço médio que a energia terá no pool. Em Recife, essa semana, o presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, mostrou sua preocupação. Ele teme que um preço muito baixo acabe inviabilizando a capacidade de a Eletrobrás de tomar recursos no mercado. Outro temor que ronda empresários de geradoras estatais é de que, como suas usinas já têm custo amortizado e conseguem gerar o insumo a preços mais competitivos, elas acabem subsidiando as usinas novas que entrarem em operação e cujos custos são mais elevados.

Os grandes consumidores de energia também estão apreensivos. "Com as indefinições atuais e o medo de uma nova crise, muitos estão querendo se tornar consumidores livres, ficando fora das distribuidoras", diz o diretor da Comerc, Marcelo Parodi.

Nesse segmento, a dúvida é se haverá espaço de mercado e preços competitivos fora do pool. Outra preocupação é com a intenção do governo de dar um prazo de cinco anos de antecedência para as indústrias anunciarem se querem ou não se tornarem consumidores livres, ou seja, podendo comprar o insumo de quem quiserem e não ficando mais presos aos contratos das distribuidoras.

Como energia representa até 30% dos custos para alguns segmentos da indústria, teme-se que essa regra de ter de anunciar cinco anos antes a intenção de se tornar consumidor livre possa causar uma disputa judicial no futuro. Um exemplo: uma empresa A cujo contrato de compra de energia acaba agora decide se tornar livre e compra energia mais barato. A empresa B, concorrente, terá seu contrato terminado só daqui a dois anos, e aí ela ainda teria só cinco anos para ser livre. Resultado: poderia ter perda de competitividade e poderia acionar a justiça. Essas são algumas das dúvidas que martelam a cabeça dos executivos. **(CS e RR)**



Para ministra, mudança será feita via consenso Do Rio

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, espera concluir em dois a três meses a discussão com os agentes sobre a transição do velho para o novo modelo do setor elétrico. "Não podemos construir um modelo sem ter com os agentes uma posição de consenso, pois do contrário isso seria feito por decreto", disse a ministra, em entrevista ontem pelo telefone ao **Valor**.

Dilma afirmou que os problemas do setor elétrico são enormes, sendo que alguns independem do novo modelo. A ministra ressaltou dificuldades enfrentadas por algumas distribuidoras que estão com problemas de caixa e explicou que essas companhias querem do governo um plano de capitalização e um "pass through", que é a garantia de repasse de custos não gerenciáveis, garantidos no modelo.

Mas reitera que, apesar de aberto a discussões, o governo "não abre mão da confiabilidade e da expansão", de modo a garantir a oferta da energia e evitar um novo racionamento. Para atingir esse objetivo a ministra afirma que o modelo não pode ser "uma panacéia", e, sim, durável e estável.

Dilma Rousseff explicou que apenas as diretrizes do novo modelo serão apresentadas ao CNPE na segunda-feira, já que as regras de transição apenas começaram a ser discutidas. A partir de agora ela espera conversar separadamente com cada segmento do setor - geradores, distribuidoras, comercializadores, produtores independentes e grandes consumidores - para tentar chegar ao consenso.

Só quando o modelo ganhar o que a ministra chama de "concretidade" será feita a análise jurídica das mudanças, que alteram a atual legislação em vigor. Até lá, Rousseff acha natural que algumas empresas ou segmentos queiram "passar de uma situação pior para uma situação melhor".

Sem querer adiantar detalhes, a ministra explicou que o consumidor livre terá a opção, no novo modelo, de comprar fora ou dentro do pool. Eles poderão ainda serem livres para determinados mercados e cativos para outros. "Basta combinar com a distribuidora", disse a ministra.

Já no caso dos produtores independentes, categoria que inclui os investidores que apostaram em termoelétricas, a ministra tem uma posição clara. "Nesse caso, o mercado deles, por conceito, é por sua conta e risco."

Ela deixou claro que não admitirá o "self dealing", o que impede, por exemplo, a AES Tietê vender energia para a Eletropaulo. Enquanto discute com os agentes, a ministra chamou para conversas em Brasília pessoal do governo passado. Ontem quem esteve lá foi o ex-ministro Pedro Parente, mas a ministra contou que também já convidou o ex-ministro de Minas e Energia Rodolpho Tourinho; o líder do PFL na Câmara dos Deputados, José Carlos Aleluia (BA), o ex-presidente do BNDES Eleazar de Carvalho e o ex-presidente da Eletrobrás Mário Bhering.

O secretário executivo, Maurício Tolmasquim, diz que a maioria dos problemas apontados já foi equacionada, mas afirma que outros independem do modelo. Ele citou como exemplo a falta de mercado para alguns geradores. "Não tem mágica. Nosso modelo prevê leilão com grandes consumidores e a contratação de reservas, mas não vai resolver isso da noite para o dia. O que pode é minorar o problema".

(CS)



Empresas pedem solução para problemas de caixa

Leila Coimbra, De Brasília

Os 15 maiores investidores privados do setor de energia, dentre eles AES, EDF, Enron, El Paso, Duke Energy, Iberdrola, VBC Energia e Tractebel, agregados sob a bandeira da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia, enviaram ontem carta à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, criticando o novo modelo para o setor que está sendo desenhado pelo ministério. O presidente da CBIEE, Claudio Salles, afirmou ontem que as linhas gerais do novo modelo tratam apenas da construção de usinas, de licitação dos projetos e de contratação da energia a ser produzida. Em resumo, disse, o modelo é essencialmente preocupado em garantir o aumento da oferta de energia, sem se preocupar com a saúde do setor, como um todo.

Para ele, soluções para a saúde financeira das distribuidoras, que terão que comprar energia das novas fontes de geração em contratos de 20 anos, não foram apresentadas. "Há uma crise de falta de crédito generalizada no setor. E os contratos desse novo modelo não são financiáveis. Nenhum banco se arrisca a conceder crédito para a compra dessa energia", disse Salles.

Na carta, os investidores demonstram preocupação sobre alterações nas condições de remuneração justa dos investimentos já feitos. Os 15 agentes privados já aplicaram US\$ 30 bilhões, sendo que US\$ 21 bilhões foram gastos na aquisição de empresas em processos de privatização. E pedem que alguns princípios sejam contemplados, que não está pronto: o respeito às regras vigentes à época da realização dos investimentos; estabilidade jurídica e normativa; expansão com eficiência econômica e a revisão da estrutura tributária incidente sobre a tarifa de energia.

Sobre o problema da falta de saúde financeira das elétricas, Salles disse que está sendo tocada, paralelamente à discussão sobre o novo modelo, uma negociação entre os investidores e a ministra para solucionar a falta de caixa das elétricas. A proposta feita pelas empresas prevê a capitalização via Tesouro Nacional, que seria feita em um aumento de capital nas empresas, privadas ou mesmo públicas. As elétricas pedem o aporte de R\$ 8 bilhões. Em contrapartida, a União passaria a deter ações preferenciais resgatáveis das elétricas, estatais ou privadas. O rateio dos R\$ 8 bilhões seria feito de acordo com o tamanho do mercado de cada uma, de forma semelhante ao que foi estabelecido no plano de recomposição das perdas do racionamento, no final de 2001, que liberou financiamento de R\$ 7,9 bilhões do BNDES, lastreado em aumentos tarifários.

"A proposta é criativa e não traz ônus para o governo". Pelo projeto, o Tesouro receberia dos papéis preferenciais uma remuneração pré-determinada de IGP-M mais 6% ao ano, mesmo em caso de prejuízo das companhias. Segundo Salles, as conversas com o ministério sobre o plano não foram interrompidas, só estão andando em ritmo mais lento.

Uma linha especial para as elétricas foi criada pelo BNDES este ano, referente à reposição das perdas referentes ao decreto de abril que adiou por 12 meses o repasse da variação dos custos não gerenciáveis (parcela A), que inclui a compra de energia dolarizada de Itaipu, para as tarifas. O programa do BNDES é específico para minimizar as perdas e está orçado em R\$ 2 bilhões. "O problema é que não recebemos nada desse dinheiro, que é uma receita garantida em contrato e que deveria estar entrando no caixa das empresas desde abril", disse Salles.